



ENTRE O DIREITO A SAÚDE E O DIREITO AO ESPAÇO: NOTAS SOBRE O URBANO GENERIFICADO E A CONSTRUÇÃO DE UMA TRANSPOLÍTICA PÚBLICA¹²

Bernardo Francisco Bronzi Rocha³

RESUMO

Este texto analisa o Ambulatório de Atenção à Saúde da População Travesti e Transexual João W. Nery, localizado em Niterói (RJ), como expressão concreta de uma transpolítica pública de saúde. O estudo parte da articulação entre a teoria da produção do espaço, as políticas públicas e os aportes das Geografias Feministas e transfeminismo, para compreender como esse equipamento coletivo territorializa o cuidado e afirma direitos para pessoas trans*. A pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PosGeo-UFF), insere-se na linha de Políticas Territoriais e está em fase de conclusão. Os resultados apontam que o ambulatório representa uma conquista histórica do movimento trans, operando como espaço de cuidado simbólico e material, ainda que enfrentando limites institucionais. A escolha do nome do equipamento homenageia João W. Nery, ativista fundamental na luta pelos direitos trans*, e inscreve como toponímia no território uma memória política. Assim, o estudo reafirma a importância de uma Geografia comprometida com a justiça territorial e com as lutas por existência de grupos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Justiça territorial; Transfeminismo; Produção do espaço urbano; Geografias Trans; Políticas Públicas.

RESUMEN

Este texto analiza el Ambulatorio de Atención a la Salud de la Población Travesti y Transexual João W. Nery, ubicado en Niterói (RJ), como expresión concreta de una transpolítica pública de salud. El estudio parte de la articulación entre la teoría de la producción del espacio, las políticas públicas y los aportes de las Geografías Feministas y del transfeminismo, para comprender cómo este equipamiento colectivo territorializa el cuidado y afirma derechos para personas trans*. La investigación, vinculada al Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal Fluminense (PosGeo-UFF), se inserta en la línea de Políticas Territoriales y se encuentra en fase de conclusión. Los resultados indican que el ambulatorio representa una conquista histórica del movimiento trans, operando como espacio de cuidado simbólico y material, aunque enfrentando límites institucionales. La elección del nombre del equipamiento rinde homenaje a João W. Nery, activista fundamental en la lucha por los derechos trans*, e inscribe, como toponimia en el territorio una memoria política. Así, el estudio reafirma la importancia de una Geografía comprometida con la justicia territorial y con las luchas por la existencia de grupos históricamente marginados.

Palabras clave: Justicia territorial; Transfeminismo; Producción del espacio urbano; Geografías trans; Políticas públicas.

¹ Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por meio de bolsa de estudos concedida ao autor.

² Agradeço ao Grupo de Trabalho *Geografia e Diversidade: gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades* pelas valiosas contribuições e pelos debates instigantes realizados durante a programação do evento. Os comentários recebidos foram incorporados ao texto como forma de qualificar a redação e ampliar o rigor crítico da análise.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - RJ, bronzirocha@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, o movimento trans⁴ brasileiro vem se consolidando como um ator político relevante na luta por direitos, reconhecimento e cidadania (Carvalho, 2018; Coacci, 2018; Quinalha, 2022; Araújo dos Passos, 2022). A criação da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) em 1992 – que posteriormente tornou-se a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) –, por exemplo, é um marco da institucionalização da luta trans e travesti no país. Apesar de avanços legislativos e institucionais, o Brasil continua sendo um dos países mais violentos para pessoas trans e travestis (Gomes de Jesus, 2013; Silva; Silva, 2017; Nogueira, 2018), revelando as contradições profundas entre o reconhecimento legal e a efetivação de direitos no cotidiano. Como declarou a presidente da Antra, Bruna Benevides, existe um “projeto de erradicação da população trans no Brasil [que] tem falhado porque, mesmo diante de um cenário marcado por ataques e retrocessos, a comunidade trans está organizada” (Benevides, 2025, p. 8).

Explicamos, a seguir, por que optamos por realizar um recorte dentro da chamada “sopa de letrinhas” LGBTI⁵, articulação que reúne diversas dissidências de gênero e sexualidade enquanto identidades políticas que confrontam a cisheteronormatividade. Nossa objetivo é sublinhar o protagonismo indispensável das pessoas trans, sem, contudo, isolar o movimento trans do conjunto mais amplo das lutas LGBTI+, tampouco negar suas fecundas articulações com os movimentos de lésbicas, gays e bissexuais.

Tal escolha se fundamenta no próprio objeto de análise que apresentamos adiante. Como destaca Coacci (2018), os saberes ativistas das pessoas trans têm desempenhado papel fundamental no combate a estereótipos e à patologização das transgeneridades. Nesse sentido, buscamos contribuir para a preservação da memória do protagonismo de mulheres trans, travestis e transmasculinidades – somado, mais recentemente, às vivências de pessoas não-binárias⁶ –, com vistas a garantir o reconhecimento social que assegure direitos e cidadania àqueles que se identificam com o signo trans* (em contraposição ao cis)⁷.

No contexto mais amplo dessa pesquisa, analisamos o Ambulatório de Atenção à Saúde da População Travesti e Transexual João W. Nery, localizado em Niterói (RJ), enfatizando este

⁴ Adotamos aqui o trans como um guarda-chuva amplo de identidades dissidentes da cisgeneridade, isto é, identidades que escapam a linearidade impositiva do sistema sexo-gênero.

⁵ Utilizamos essa grafia em diálogo com Renan Quinalha. O LGBTI+ se traduz como movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexo, ao final, o “+” deixa aberto a outras identidades de políticas do movimento.

⁶ Identidade política que ganhou visibilidade nos últimos 10 anos e se soma às identidades trans*.

⁷ Para esse debate ver Amara Moira Rodovalho (2017).



equipamento de consumo coletivo enquanto expressão concreta de uma transpolítica pública (Oliveira; Pinto, 2017) de saúde. Este texto compõe parte do processo de elaboração da dissertação de mestrado, iniciado em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PosGeo-UFF), inserido na linha de pesquisa de Políticas Territoriais, e atualmente, em vias de conclusão com defesa prevista para dezembro de 2025.

Dessa forma, partindo da compreensão de que a cidade, enquanto um espaço socialmente produzido, é generificada e reflete espacialidades diferenciadas, no qual políticas públicas voltadas à população trans* são formas de “reconhecimento do outro como sujeito socialmente válido” (Lima, 2024, p. 122), em outras palavras, significam o reconhecimento da cidadania dessas identidades.

Nosso objetivo, neste corte, é apresentar a pesquisa que se construiu a fim de avaliar a atuação do referido ambulatório enquanto equipamento de consumo coletivo e afirmação de direitos, articulando a justiça territorial como horizonte das (trans)políticas públicas (Lima, 2024). Portanto, nas próximas linhas apresentaremos a metodologia com os procedimentos empregados no decorrer da pesquisa, enfatizando a importância do Comitê de Ética; na seção acerca do referencial teórico, apresentamos os fundamentos da pesquisa, articulando a produção do espaço urbano com políticas públicas e epistemologias feministas e transfeministas, para analisar a atuação do movimento LGBTI+ na disputa por cidadania e justiça territorial; e, por fim, analisamos os primeiros resultados da pesquisa, destacando o Ambulatório João W. Nery como expressão concreta de uma transpolítica pública que territorializa o cuidado em saúde e simboliza uma conquista histórica do movimento trans.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa começa com o desejo de retornar (re)conhecimento a um equipamento que atua transformando vidas⁸. Donna Haraway (1995) nos propõe, notoriamente, confrontar a suposta objetividade neutra, e, portanto, descorporificada, assumindo uma posicionalidade de um conhecimento corporificado. Nessa autoria, portanto, assinamos enquanto um pesquisador implicado no processo de pesquisa, fui/sou usuário do Ambulatório João W. Nery que atende exclusivamente pessoas trans*.

O plano geral dessa pesquisa baseia-se em uma abordagem quali-quantitativa, com três eixos de atuação: (1) revisão bibliográfica organizada em três frentes: (i) produção do espaço

⁸ Sem trocadilhos!



urbano e generificação do debate, (ii) do campo das políticas públicas e, (iii) dos estudos transfeministas; (2) análise documental referente à implementação do ambulatório e o levantamento de usuários cadastrados a partir dos dados anonimizados cedidos pelo Ambulatório; (3) trabalho de campo com observação, entrevistas com os integrantes da equipe multiprofissional que lá atua, além de entrevista com outros personagens envolvidos na implementação dessa transpolítica pública (estas duas últimas etapas em andamento).

O levantamento de usuários cadastrados, realizado a partir de dados anonimizados fornecidos pela coordenação do Ambulatório, tem como objetivo compreender o perfil demográfico da população atendida, bem como identificar a origem geográfica desses indivíduos⁹. Com base nesse banco de dados, pretende-se elaborar gráficos que revelem quem está acessando o serviço e, a partir desse quantitativo, inferir algumas considerações como a relação entre determinantes sociais da saúde e o debate interseccional, considerando relevantes para análise de categorias como raça/cor, faixa etária, gênero, pessoa com deficiência ou não. Além disso, serão produzidos mapas que indiquem a procedência dos usuários, evidenciando o fluxo de pessoas oriundas de municípios limítrofes e até mesmo distantes, que se deslocam regularmente para receber atendimento. Tal movimento reforça o papel do Ambulatório como referência regional em atenção à saúde.

Dada a natureza da investigação e seu vínculo com um serviço público de saúde, foi necessário cumprir rigorosamente os protocolos éticos. Assim, o estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)¹⁰, tendo obtido parecer favorável para sua realização em março de 2025, sob o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 84201624.4.0000.8160. Além disso, recebemos a carta de anuência do Núcleo de Educação Permanente e Pesquisa em Saúde e autorização da pesquisa que é desenvolvida com foco no Ambulatório Trans sediado na Policlínica Sylvio Picanço (PESP), com o parecer favorável pela Secretaria Municipal de Saúde de Niterói (RJ).

Neste sentido, atestamos como fundamental que os projetos de pesquisa que envolvem seres humanos passem por esse processo, visto que muitas das pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas envolvem participantes, sejam instituições ou sujeitos. Esse procedimento visa estabelecer e contribuir para que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos.

⁹ Essa etapa ainda está em andamento, portanto os dados não serão apresentados na seção de resultados.

¹⁰ No nosso caso, o Comitê de Ética na Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP-Humanas) da UFF.



A criação do sistema composto pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e pelos Comitês de Ética, vinculados ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), remonta ao ano de 1996. A exigência de submissão de projetos à apreciação dos Comitês de Ética já era uma prática consolidada nas ciências da saúde. No entanto, foi apenas a partir de 2016, com a publicação da Resolução nº 510, que essa exigência passou a ser claramente estabelecida também para as Ciências Humanas e Sociais. A resolução reconhece que “procedimentos metodológicos que utilizam dados diretamente obtidos com os participantes ou informações identificáveis” (Melo; Melo, 2023, p. 12) podem representar riscos à integridade dos envolvidos. Portanto, a ampliação louvável do debate sobre ética na pesquisa evidenciou a necessidade de criação de Comitês especializados, os quais foram instituídos com o propósito de “defender os direitos e interesses dos participantes em sua integridade e dignidade” (Melo; Melo, 2023, p. 11).

REFERENCIAL TEÓRICO

Do ponto de vista teórico, articulamos a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (Lefebvre, 2013; 2016), o campo das políticas públicas, e com as contribuições das Geografias Feministas (Silva, 2010), Geografias Trans (Browne; Nash; Hines, 2010) e o transfeminismo (Valencia, 2018; Vergueiro, 2018; Nascimento, 2021).

Partimos da teoria *lefebvriana* da produção do espaço, que nos conecta a uma leitura crítica do modo de produção, e nesse movimento também nos fornece uma leitura triádica e sensível que considere a experiência dos sujeitos, tendo em vista suas três dimensões: o espaço como percebido, concebido e vivido. Para além disso, empreendemos esforços junto a este referencial crítico que o espaço não é mero palco para os eventos, mas é, antes, uma condição e uma dimensão da existência. Priorizamos, dessa forma, a discussão acerca do espaço urbano, como aquele que hoje organiza a vida em sociedade, sobretudo em termos de concentração e distribuição de serviços.

Assim, como bem definiu Ana Fani Carlos (2011, p. 24), o espaço é entendido como “condição, meio e produto da reprodução social”. Neste espaço privilegiado pelo capital, o espaço urbano é, na era urbana, fundamental para reproduzir as forças produtivas: os meios de produção e a força de trabalho. Além disso, é nele, na disputa pelo espaço público que se concentram uma miríade de lutas que inauguram os direitos humanos de quarta geração (Borja, 2004), citamos deles, o direito a identidade, o direito a existência, o direito mesmo ao espaço público – se compreendemos inerente a condição de sermos corpos espacializados.



A cidade, portanto, ainda que concentre desigualdades históricas, configura-se como um território chave para a construção de projetos de cidadania ampliada, especialmente por sua diversidade social e cultural. Assim, a dimensão política do espaço se revela no urbano por meio dos diversos agentes que o produzem, em nossa análise, destacamos o movimento LGBTI+ em sua interface com o poder público.

No plano analítico, a política pública é entendida através do ciclo da política pública, com aporte teórico em Michael Howlett, M. Ramesh e Anthony Perl (2013). Estes autores nos fornecem uma moldura teórica com enfoque nos atores, instituições e ideias, que, segundo eles, constituem a base do processo dinâmico de funcionamento das políticas públicas. Assim, enumeram como os estágios do ciclo de políticas públicas: 1) a montagem de uma agenda; 2) a formulação da política; 3) a tomada de decisão; 4) a implementação da política; e 5) a avaliação com consequente monitoramento de seus resultados (Howlett *et al.*, 2013).

Aliamos a isto, a partir da coletânea de Antônio Deusivam de Oliveira e Cristiano Rosalino Braule Pinto (2017), partimos da concepção de transpolítica pública que, mais do que adjetivar e dar cara ao público-alvo da política pública, corporifica um movimento de busca pela garantia de direitos. Como demonstram os estudos que compõem a referida coletânea, as transpolíticas públicas partem, em suma, da articulação entre poder público e movimento social protagonizado pelos sujeitos que buscam afirmar que seus direitos sejam garantidos. O movimento trans foi, e continua sendo, decisivo na conquista de espaços de visibilidade e na construção de políticas públicas que não apenas reconheçam as identidades trans, mas que enfrentem as condições de vulnerabilidade que marcam suas existências (Carvalho, 2014; Carvalho, 2018). Por conseguinte, é possível afirmar que essas políticas também cumprem uma função pedagógica: transformar a realidade (Muller, 2018).

O transfeminismo, neste sentido, constitui uma lente epistemológica que expande o campo feminista na produção de um conhecimento situado. Longe de substituir a luta das mulheres, o transfeminismo amplia o escopo de ação política ao incluir sujeitos historicamente marginalizados pela produção cisgênera da ideia materializada de corpo saudável. Como afirma Letícia Nascimento (2021, s.p.), trata-se da “concepção de outra linha de batalha para atuar contra o sexism e a transfobia e pautar políticas específicas de reconhecimento do segmento trans**”.

Buscamos, assim, reconhecer as contribuições do pensamento feminista para a Geografia, especialmente por meio das noções de posicionalidade, reflexividade e interseccionalidade (Silva, 2010), bem como incorporar os aportes do pensamento transfeminista, como a despatologização das identidades trans e a cisgeneridade enquanto



categoria que nomeia as experiências não trans. Assim, o transfeminismo, enquanto campo de produção de novas epistemes, oferece uma lente ética que orienta o ato de geografar como prática comprometida com o enfrentamento da espacialidade da injustiça e com a ampliação da disputa pelo reconhecimento do direito à saúde para pessoas trans e travestis.

A pesquisa, sustentada por esse referencial, inscreve-se no horizonte da justiça territorial, buscando evidenciar a relevância de um equipamento de consumo coletivo como expressão concreta desse princípio. Partindo da premissa de que as políticas públicas devem se orientar pela justiça territorial, promover valores éticos como o direito à saúde implica, por extensão, garantir o direito ao espaço e afirmar a cidadania de populações historicamente atravessadas por inequidades em saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

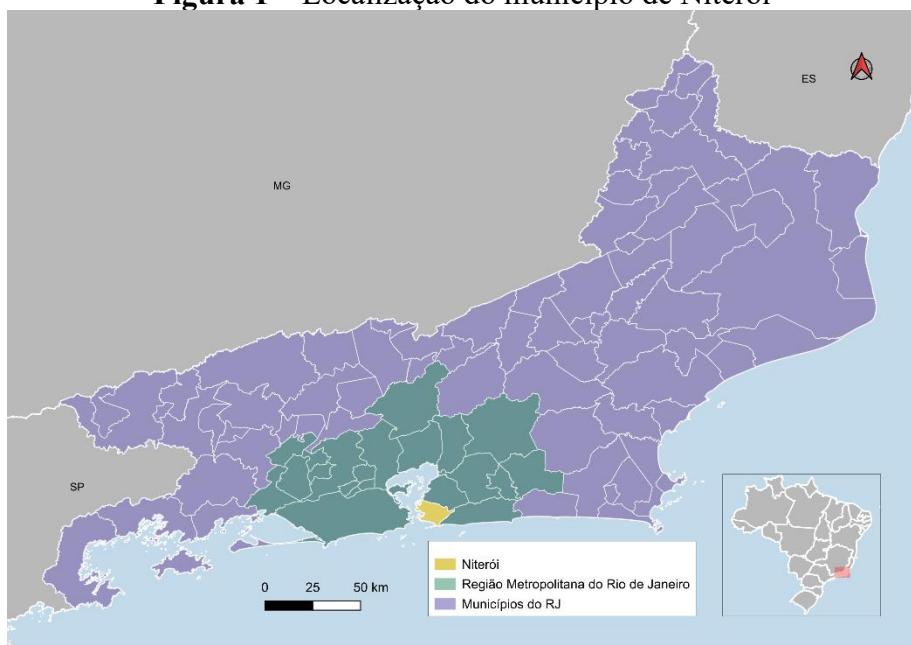
O Ambulatório de Atenção à Saúde da População Travesti e Transexual João W. Nery, criado como o primeiro serviço especializado do estado do Rio de Janeiro fora da capital voltado exclusivamente à saúde de travestis e transexuais, é fruto da articulação entre ativistas, gestores públicos e profissionais da saúde. Este equipamento está localizado no Centro do município de Niterói (Figura 1), funcionando nas dependências da Policlínica de Especialidades Dr. Sylvio Picanço (PESP). Destacamos que Niterói é uma cidade com quase 481.749 habitantes (IBGE, 2022)¹¹, e possui notável centralidade no Leste Fluminense. Por exemplo, Niterói é o município-sede da região de saúde Metropolitana II¹², isso significa que a cidade tem a capacidade de ofertar serviços de média complexidade.

¹¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/niteroi.html> Acesso em 19 de outubro de 2025.

¹² Composta, além desse, pelos municípios de São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim.



Figura 1 – Localização do município de Niterói



Organizado pelo autor (2025).

A implementação do Ambulatório João W. Nery corresponde a um contexto de luta histórica do movimento trans por reconhecimento e cuidado dignos, especialmente frente à violência institucional que caracteriza o acesso desse grupo aos serviços de saúde (Carvalho; Menezes, 2021). O termo transpolítica pública é empregado aqui com o intuito de discutir o valor desse equipamento de consumo coletivo, que visa atender às necessidades específicas da população trans e travesti.

Como mencionado por Pinto, Costa, Carvalho e Ribeiro (2020), o ambulatório foi fruto de reivindicações dos movimentos sociais ligados à população travesti e transexual, o Grupo Diversidade Niterói (GDN) – que desempenha um papel imperioso em prol de uma cidadania LGBTI+. O nome do Ambulatório homenageia João W. Nery, homem trans que se tornou referência nacional por sua trajetória de luta incansável pelos direitos das pessoas trans*. Ao inscrever sua memória no território, a toponímia do equipamento não apenas reconhece sua contribuição histórica, mas também transforma o espaço em um marco simbólico de resistência e afirmação coletiva. Trata-se de uma escolha que reforça o papel da memória como um dos elementos constitutivos da justiça territorial através da existência material e simbólica do pertencimento a uma coletividade.

Os primeiros resultados nos permitem avaliar que o ambulatório representa um avanço rumo à despatologização das identidades trans (Almeida; Murta, 2013), pois, em diálogo com a literatura da saúde coletiva, podemos perceber em conversas com os profissionais da equipe e as observações de campo que a atuação deste equipamento coletivo se propõe como modelo



de assistência à saúde que trabalha com a integralidade do cuidado e a humanização do atendimento, com uma equipe multiprofissional e ações intersetoriais (Pinto; Costa; Carvalho; Ribeiro, 2020). Nossa análise revela que o ambulatório opera como um espaço de cuidado, tanto simbólico quanto material, ao propor uma prática centrada no reconhecimento das subjetividades trans e na escuta (Pinto; Costa; Carvalho; Ribeiro, 2020). No entanto, também enfrenta limites estruturais e institucionais, pois há falta de recursos, rotatividade de profissionais, entraves administrativos e desafios na articulação com a rede de atenção básica (Dantas, 2021).

A equipe do ambulatório é multidisciplinar, como determina a Portaria nº 1.707/2008 (BRASIL, 2008), e oferece desde 2020: acompanhamento psicológico, terapia hormonal, assistência social e encaminhamentos para cirurgias, entre outros cuidados. Um dos diferenciais do ambulatório é a "desburocratização do acesso" (Pinto et al., 2020), isto é, a marcação é feita diretamente com o Ambulatório, não sendo necessário encaminhamento prévio. Soma-se a isso o fato que o Ambulatório atende pessoas trans de outros municípios, até mesmo que não fazem parte da Região de Saúde Metropolitana II.

Até 2020, a população atendida pelo ambulatório incluía homens trans, mulheres trans, travestis e pessoas não binárias, em maioria jovens entre 19 e 30 anos, residentes de Niterói ou municípios vizinhos, como São Gonçalo e Rio de Janeiro (Pinto et al., 2020). A motivação para a procura pelo ambulatório relatada por essas pessoas, eram as dificuldades no acesso à saúde, por exemplo: a falta de serviços especializados, o desrespeito ao nome social, dentre outros, o que os levavam a recorrer a procedimentos clandestinos, como a hormonização sem orientação médica. Isso revela que uma sociedade cisheteronormativa reflete suas expectativas e tensões nas políticas públicas, o que limita o acesso pleno à cidadania para essa população, transformando a desigualdade em iniquidades em saúde (Fraga, 2020). Pois, ainda que o processo transexualizador seja institucionalizado e existam regulamentos internos ao SUS que concedam direitos, como a utilização do nome social, os valores individuais de profissionais que atuam nas clínicas e outros espaços, conservam o preconceito e a discriminação.

A implementação do ambulatório está alinhada com as diretrizes do Ministério da Saúde, especialmente a Portaria nº 1.707/2008, que institui o Processo Transexualizador no SUS, e a Portaria nº 2.836/2011, que estabelece a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Essas políticas reforçam a importância de serviços especializados para atender às necessidades específicas dessa população.

Assim, o ambulatório pode ser compreendido como a territorialização de uma transpolítica pública, ou seja, uma política pública insurgente, ação destinada a garantir direitos,



que emerge da atuação de sujeitos e coletivos trans na disputa pelo direito ao espaço, espaço político, ao espaço da cidadania, ao espaço dos cuidados em saúde. Na gênese da política pública reside uma questão, transformada em problema que carece de uma resolução. Portanto, a adoção de determinada política está associada à “transformação da percepção dos problemas” (Muller, 2018, p. 29), por isso, aqui entendemos o ambulatório para além do papel desempenhado de serviço de saúde, mas como uma conquista do movimento trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência do Ambulatório João Nery evidencia que o espaço, como expressão da sociedade, é portador das contradições do presente, ou seja, ele revela relações sociais de (re)produção social (Lefebvre, 2016), o espaço é um instrumento político. Dessa forma, o surgimento de novas identidades políticas, isto é, a “produção da representação de uma coletividade como sujeito político” (Aguião, 2018, p. 36), reconfigura o espaço, visto que a proliferação de novas identidades é “uma produção de novos sujeitos, e ela implicou a busca por novos direitos” (Seffner, 2022, p. 260).

As Geografias feministas no Brasil abriram o largo da margem para o entendimento que o gênero enquanto categoria de análise serve para mostrar a localização diferencial e complexa dos sujeitos da produção do espaço, bem como mostrar a diferenciação no uso, apropriação, possibilidades do direito ao espaço, ou seja, a possibilidade de existência.

Em última instância, este estudo reafirma a importância de uma geografia engajada com as lutas por existência e justiça de grupos historicamente marginalizados e violentados (Young, 2021). Pensar o urbano a partir das experiências de pessoas trans é um caminho necessário para chegarmos no horizonte de uma justiça territorial.

A partir desta análise, considera-se relevante o aprofundamento de estudos que investiguem os impactos concretos da atuação de ambulatório trans na vida dessas pessoas, especialmente em termos de acesso à saúde, mobilidade territorial e reconhecimento social. Além disso, pesquisas comparativas com outros equipamentos similares podem contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à população trans* em diferentes contextos, bem como, compreender, na interface entre movimento social e poder público, as condições que possibilitam a existência desses equipamentos, visando sua replicação em outros territórios. Espera-se que este trabalho possa dialogar com outras produções no campo da Geografia, da Saúde Coletiva e dos Estudos Trans*, ampliando o debate sobre justiça territorial e cuidado como prática política.



REFERÊNCIAS

- AGUIÃO, S. **Fazer-se no “Estado”**: Uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUerj, 2018.
- ALMEIDA, G. MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 14, p. 380-407, ago. 2013.
- ARAÚJO DOS PASSOS, M. C. **Pedagogia das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1ed. 2022.
- BENEVIDES, B. G. A resistência trans diante das tentativas de erradicação. In: BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.
- BORJA, J. **Los derechos en la globalización y el derecho a la ciudad**. Madrid: Fundacion Alternativas. 2004. Disponível em: <https://fundacionalternativas.org/publicaciones/los-derechos-en-la-globalizacion-y-el-derecho-a-la-ciudad/>. Acesso em 22/06/2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador**, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Portaria n. 1.707, de 18 de agosto de 2008.
- BROWNE, K. NASH, C. J. HINES, S. Introduction: towards trans geographies. **Gender, Place and Culture**, 17(5), p. 573-577, 2010.
- CARLOS, A.F.A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto. 2011.
- CARVALHO, M. O “armário trans”: entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento. In: COELHO, M. T. A. D. SAMPAIO, L. L. P. **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 241-254.
- CARVALHO, M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 52, 3 maio 2018.
- CARVALHO, M. F. de L. MENEZES, M. S. de. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2021. 147 p.
- COACCI, T. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público**: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 290f, 2018.
- DANTAS, B. R. S. S. **Buscas pelo cuidado**: o itinerário terapêutico de transexuais no município de Niterói. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) - Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FRAGA, F. A. **A percepção de homens negros transexuais acerca de saúde e adoecimento.** 2020. 100f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GOMES DE JESUS, J. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. (In)visibilidade Trans 2. **História Agora**, [s. l], v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOWLETT, M. RAMESH, M. PERL, A. **Política pública:** seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Tradução técnica Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio.** Madri: Capitán Swing, kindle [e-book], 2013.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política:** o direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2. ed. 2016. 203 p.

LIMA, I. G. de. Descolonizando a justiça territorial. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 115-144, 30 jun. 2024.

MELO, R. P. MELO, L. F. Ética e suas implicações na pesquisa com seres humanos. **Horizontes**, /S. l./, v. 41, n. 1, p. e023055, 2023. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1646>. Acesso em: 16 out. 2025.

MULLER, P. **As políticas públicas.** Niterói: EDUFF, 2018. 124 p.

NASCIMENTO, L. C. P. de. **Transfeminismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, S. N. B. Da Cartografia da Resistência ao Observatório da Violência contra Pessoas Trans no Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 220-225, 2018.

OLIVEIRA, A. D.; PINTO, C. R. B. (Org.). **Transpolíticas públicas.** Campinas: Papel Social, 2017.

PINTO, D. L. COSTA, D. F. P. CARVALHO, L. C. F. RIBEIRO, C. R. Ambulatório de Atenção à Saúde da População Travesti e Transexual João W. Nery: cuidado e respeito à diversidade. In: VALCLER, R. F. et al. (org.) **IdeiaSUS:** saberes e práticas nos territórios do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Cebes, 2020.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+:** Uma breve história do século XIX aos nossos dias. São Paulo: Grupo Autêntica. 2022

SEFFNER, F. Não há nada tão raro quanto o normal - O homem comum, a virilidade política e a norma em tempos conservadores. In: SEFFNER, F.; FELIPE, J. (orgs.). **Educação, gênero e sexualidade:** impertinências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.



SILVA, J. M. Conhecimento geográfico e complexidade: a perspectiva feminista da ciência. In: **III Encontro de Geografia – VI Semana de Ciências Humanas**, Campos dos Goytacazes – RJ, s.p., 2010.

SILVA, L. M. F. SILVA, A. A. da. In: OLIVEIRA, A. D.; PINTO, C. R. B. (Org.). **Transpolíticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2017.

VALENCIA, S. El transfeminismo no es un generismo. **Pléyade** (Santiago), [S.L.], n. 22, p. 27-43, dez. 2018.

VERGUEIRO, V. **sou travestis?** estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial. 1a. ed. 1a. reimp. Brasília (DF): padê editorial, 2018.

YOUNG, I. M. Cinco faces da opressão. **Direito Público**, [S.L.], v. 18, n. 97, p. 487-515, 30 abr. 2021.